

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

MOREIRA, Marcílio Marques. Marcílio Marques Moreira III (depoimento, 2008). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 24min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO RIO DE JANEIRO. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Marcílio Marques Moreira III
(depoimento, 2008)**

Rio de Janeiro

2022

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Fernando Lattman Weltman; Regina da Luz Moreira;

Levantamento de dados: Marcus Vinicius Silva Sombra;

Pesquisa e elaboração do roteiro: Fernando Lattman-Weltman; Regina da Luz Moreira;

Técnico de gravação: Fernando de Mello Cardenas;

Local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil;

Data: 22/09/2008 a 22/09/2008

Duração: 1h 24min

Arquivo digital - áudio: 1;

Entrevista realizada no contexto do projeto "Trajetória Histórica da Associação Comercial do Rio de Janeiro", na vigência do convênio entre o CPDOC/FGV e Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) entre abril de 2008 e fevereiro de 2009. O projeto visa à criação de um banco de entrevistas com pessoas de grande expressão na história da entidade, ao longo de seus 200 anos. Essas 20 horas, e outras fontes, resultarão na publicação de um livro.

Temas: Associações comerciais; Economia; Empresariado; Empresas comerciais; Política; Reforma tributária; Rio de Janeiro (cidade); Rio de Janeiro (estado);

Sumário

Entrevista: 22/09/2008 O processo de aproximação do entrevistado com a Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ); o convite para presidir o Conselho de Políticas Econômicas da ACRJ; as tensões na eleição para presidência da ACRJ; a ACRJ como associação de advocacy e lobby de causas do empresariado e da sociedade civil; as discussões sobre as crises internacionais; a posse do entrevistado; a reativação de Conselhos da ACRJ; a criação do Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem; os “Almoços do Empresário”; o efeito da crise energética de 2001 nas discussões da ACRJ; os seminários da ACRJ; a questão da dificuldade financeira da ACRJ; a agenda da ACRJ; a relação da ACRJ com o governo do estado do Rio de Janeiro; a RedeVida, a emissora de televisão da ACRJ; a criação do Conselho Empresarial de Ética e Responsabilidade Social; percepções do entrevistado sobre a informalidade; a lição sobre as dificuldades do financiamento de iniciativas; opiniões sobre o papel da ACRJ; a questão do diálogo com o município do Rio de Janeiro; os Conselhos de Segurança e de Educação; o tema da reforma tributária na ACRJ; a questão das agências reguladoras; o papel da ACRJ nos agendas nacionais e regionais

Entrevista: 22/09/2008

F.W. – Dr. Marcílio, muito obrigado por mais essa visita ao Cpdoc. Como na verdade o senhor já é um depoente experiente do Cpdoc...

M.M. – Contumaz.

F.W. – Contumaz. Mas quanto mais, melhor. [risos] Eu vou pular toda aquela parte inicial sobre a sua trajetória, porque nós inclusive já temos isso bem documentado no seu livro¹, no seu verbete no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, que nós começamos a atualizar, e também no Dicionário [que fizemos para o] Ministério da Fazenda. Eu queria começar, dr. Marcílio, com a sua chegada à Associação: como é que o senhor se aproximou da Associação, como é que o senhor começou a frequentar a Associação. Vamos focar somente na sua passagem pela Associação Comercial do Rio de Janeiro.

M.M. – Bom, essa passagem tem várias entradas, digamos assim. A primeira, é meramente locacional. Em fins novembro de mil novecentos e... Agora deixa eu me lembrar a data certa. Em fins de 1965, fui convidado pelo governador Negrão de Lima para participar do governo dele, que ia assumir nos primeiros dias de dezembro, caso o Tribunal reconhecesse a eleição.² E ele tinha um caso também no Tribunal Militar, não é?³

¹ O entrevistador refere-se ao livro *Diplomacia, política e finanças: de JK a Collor, 40 anos de história por um de seus protagonistas*, organizado por Alexandra de Mello e Silva e Dora Rocha, tendo por base o depoimento prestado ao CPDOC por Marcílio Marques Moreira. Foi publicado em 2001, pela editora Objetiva.

² Francisco Negrão de Lima tomou posse como governador do estado da Guanabara a 5/12/1965, permanecendo no cargo até 15/3/1970. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_prefeitos_do_Rio_de_Janeiro>. Acesso em: 16/9/2009.

³ O registro da candidatura de Negrão de Lima foi questionado pela UDN, que tentou impugná-la junto ao Tribunal Superior Eleitoral, sob a alegação de que o candidato teria solicitado e obtido apoio dos comunistas. Quase simultaneamente, o responsável pelo Inquérito Policial Militar (IPM) sobre as atividades do Partido Comunista Brasileiro (PCB), cel. Ferdinando de Carvalho, elaborou relatório em que procurava demonstrar as ligações de Negrão de Lima com os comunistas. Indiciado no IPM, Negrão foi intimado várias vezes a depor, chegando a ter o pedido de prisão preventiva solicitado, na última tentativa do coronel para impedir sua posse. Esta, no entanto, ocorreu no dia previsto, sob a garantia de tropas federais e do próprio presidente da República. Cf. Mauro Malin. Negrão de Lima. In: Alzira Alves de Abreu *et al* (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001, 1 CD-ROM, designado daqui em diante pelas iniciais DHBB.

Fui convidado para ser diretor da Companhia Progresso do Estado da Guanabara, [a Copeg], que tinha sido fundada no governo Lacerda⁴, e se situava no décimo andar da Associação Comercial. Passei a ocupar a sala que, por uma coincidência... Diz o Humberto Mota⁵ que não há coincidências, há gentilezas divinas. [risos]; ele atribui isso a Leão XIII⁶. Mas hoje ocupo a mesma sala que ocupara há mais de 40 anos. E como eu estava ali e como havia, já naquela época, o restaurante do décimo terceiro andar, muitas vezes a gente – o presidente da Copeg era o Armando Mascarenhas, diplomata, então conselheiro – ia almoçar ali no décimo terceiro, em uma mesa redonda que era do Rui Gomes de Almeida⁷.

[Assim], passei a ser amigo do Rui Gomes de Almeida que, em 1968, fez questão de me levar ao então presidente eleito, Artur da Costa e Silva, porque queria, a toda força, que eu tivesse algum cargo [no] governo, o que não aconteceu. E ali a gente conheceu muitas pessoas. Comecei a conhecer um pouco a Associação Comercial. Foi ali que conheci, por exemplo, o ministro Delfim Neto⁸, quando ainda era secretário de Fazenda do estado de São Paulo. Pouco depois dessa época, fui convidado pelo então presidente do Conselho de Economia da Associação, que era o... Estou tentando me lembrar o nome. [Ele era] da Ecisa⁹. Como ele chama mesmo? Donald Stewart! Fui convidado para participar desse conselho, e aí participei inclusive de várias reuniões. Até outro dia encontraram umas fotografias. Foi um dos nossos ex-presidentes que encontrou.

Bom, isso depois passou. Dali, fui trabalhar no Unibanco e, depois, na embaixada em Washington. [Lá,] em Washington, eu sempre participava das reuniões do Fundo Monetário e do Banco Mundial, e o Humberto Mota e o Arthur Sendas¹⁰ costumavam ir a [elas]. Nós sempre

⁴ Carlos Frederico Werneck de Lacerda foi o primeiro governador do estado da Guanabara, entre 1960-1965.

⁵ Humberto Eustáquio César Mota presidiu a ACRJ entre 1993-1997.

⁶ O italiano Vincenzo Gioacchino Raffaele Luigi Pecci Prosperi Buzzi (1810 — 1903), sacerdote da Igreja Católica desde 1837, foi eleito papa em 1878 e assumiu o pontificado com o nome de Leão XIII. Destacou-se por suas doutrinas de cunho social e econômico, a mais conhecida delas, a *Rerum Novarum* (1891). Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Papa_Le%C3%A3o_XIII>. Acesso em 10/9/2009.

⁷ Rui Gomes de Almeida presidiu a ACRJ entre 1961-1965 e 1969-1971.

⁸ Com a indicação de Laudo Natel para a chefia do governo de São Paulo, em jun./1966, Delfim Neto foi nomeado, por indicação do ministro Roberto Campos, para a Secretaria de Fazenda do estado. No cargo, contudo, permaneceu apenas até janeiro do ano seguinte. Cf.: Jorge Miguel Meyer & Renato Lemos. Delfim Neto. In: *DHBB*.

⁹ Engenharia Comércio e Indústria.

¹⁰ Arthur Sendas presidiu a ACRJ entre 1997-2001.

tínhamos reuniões conjuntas; às vezes almoçávamos, ou jantávamos. [Quando] fui ser ministro da Fazenda, eles foram várias vezes...

F.W. – Mas isso foi logo antes de o senhor ser ministro da Fazenda?

M.M. – Antes.

F.W. – Ou seja, isso foi na década de 1980?

M.M. – Não, não. Isso foi... Foi na década de 80 e no início da de 90. Fui ser embaixador em 1986 e fiquei até 1991. Enfim, eles sempre me procuravam, na embaixada ou [no Ministério.]. Além disso, logo que assumi o Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, convidei o Arthur Sendas, então ainda não presidente da ACRJ a compor o Conselho Monetário, representando o comércio, em especial os supermercados, que eu considerava ser como um fio-terra da conjuntura econômica. Estivemos juntos também em Nova York. Depois voltei para o Rio, [onde] estava trabalhando em um banco de investimentos, então a maior corretora do mundo, [e] que já não existe desde a semana passada, que era a Merrill Lynch¹¹. [risos]

R.M. – Dentro desse terremoto provocado pela crise.

M.M. – Aí eles me chamaram. Eu precisaria ver a datação exata de quando foi, mas [deve ter sido] em meados... Poucos anos depois de voltar para o Rio, me convidaram para presidir o Conselho de Políticas Econômicas.

F.W. – Da Associação.

¹¹ Entre 1994-2005 o depoente atuou como senior international advisor no banco de investimentos Merrill Lynch & Co., que em 9/2008 foi adquirido pelo Bank of America Co., por cerca de US\$ 50 bilhões. Em meio a um dos mais turbulentos momentos vividos pelos mercados financeiros na história recente, a compra foi acertada um dia depois de falharem as tentativas para salvar de uma possível quebra o banco Lehman Brothers, até então alvo do interesse do Bank of America, que desistiu frente às dificuldades de obter financiamento junto ao governo norte-americano. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Merrill_Lynch>; <<http://www.estadao.com.br/noticias/economia,fed-agiu-com-integridade-no-caso-bofa-merrill-diz-bernanke,392962,0.htm>>; <<http://www.bankofamerica.com/merrill>> e <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u444890.shtml>>. Acesso em: 16/9/2009.

M.M. – Da Associação. O Conselho já existia, [e] fui presidi-lo; depois mudamos um pouco a composição. Quer dizer, atualizamos a composição. [No] Conselho, os conselheiros se [encontram] mensalmente para trocar informações sobre a economia mundial, sobre a economia brasileira, e sobre os vários de seus setores. E desde aquela época que assumi até a época que deixei a presidência da Associação Comercial, uma das principais atividades desse Conselho era a preparação de um evento, anualmente, que era o evento do primeiro ano do Real, o segundo ano do Real, até o décimo ano do Real, em que nós reuníamos [para discutir a economia]¹². Em geral havia ministros, o ministro da Fazenda, autoridades, o vice-presidente da República. Era sempre um dos grandes eventos da Associação Comercial.

A partir, enfim, dessa minha maior presença na Associação Comercial, certo dia, o Humberto Mota e o Sendas me procuraram. Pediram que marcasse uma reunião em casa, e aí veio um grupo de uns dez membros da Associação, do Conselho Superior, [que] me convidou para ser o [futuro] presidente. Ponderei um pouco, por problema de tempo, mas acabei aceitando.

F.W. – E como é que foi esse processo? Como foi essa eleição?

M.M. – Essa eleição, para a minha surpresa, [foi acirrada]. Porque disseram que seria uma eleição tranquila; que haveria um grande consenso. Mas não foi.¹³

F.W. – Isso é comum na Associação, haver disputas eleitorais?

¹² Em 1996, com o objetivo de comemorar o segundo aniversário do Plano Real, a ACRJ articulou a campanha “O Rio no Real”. Um dos eventos programados estava o seminário *Dois anos do Real, avaliação e perspectivas*, que contou com a presença de Fernando Henrique Cardoso, ministros de Estado, economistas e empresários. Dois anos depois, nova campanha (“Brasil no Real”) foi inaugurada com o seminário *O futuro do Brasil no quarto ano do Real*, quando foram debatidas as perspectivas econômicas e a política de estabilização monetária do país. Cf: Associação Comercial do Rio de Janeiro. Há quase 200 anos crescendo com o Rio de Janeiro. In: Anuário da ACRJ – biênio 2005-0227. p. 30-31.

¹³ Em maio de 2001, Marcílio Marques Moreira disputou a presidência da ACRJ com o empresário Ruy Barreto, que já havia dirigido a instituição entre 1978 e 1985.

M.M. – Não é muito comum. Não sei para trás, mas, ultimamente, aparentemente, não tem sido muito comum.

F.W. – Mas então a eleição foi disputada.

M.M. – Foi disputada. Houve comitês de eleição. O meu contendor tinha uma espécie de uma revista, um...

F.W. – Um boletim?

M.M. – ...um boletim de eleições, com graves acusações.

F.W. – Nossa! Mas a coisa foi nesse nível?

M.M. – É.

F.W. – Não foi simplesmente uma questão de idéias?

M.M. – Não, não. [Falou-se] que eu ia servir o...

R.M. – O governo Collor?

M.M. – Não, não. Engraçado; isso, não. Não, mas que eu ia me preocupar com o sistema financeiro internacional e...

F.W. – Ah, na verdade, eram os seus vínculos com o sistema financeiro [internacional].

M.M. – [Com] o sistema financeiro e, sobretudo, [porque] naquela época eu era assessor sênior da Merrill Lynch. Primeiro, houve um embate sério, [porque] eu não era comerciante e segundo, [porque] era assessor de uma empresa estrangeira.

F.W. – Mas isso traduzia, de fato, alguma divergência política mais [ligada], digamos assim, [à] visão [do papel] da Associação? Ou era uma questão mais pessoal?

M.M. – Acho que era pessoal.

F.W. – Pessoal. E nesse debate, o senhor se lembra de algum tema interessante, do ponto de vista da campanha? Como foi a campanha? [risos]

M.M. – A campanha, aí foram reuniões, que, em geral, [era] o Humberto Mota [quem] organizava, com os vários conselheiros do Conselho Superior. Eram conversas, [apenas]. Não chegou a ter comícios.

F.W. – Não, claro. Mas eu [pergunto] se havia algumas questões de fundo em relação ao papel da Associação, [dos] rumos da Associação. Isso aparecia no debate? Houve espaço para isso?

M.M. – Não. Curiosamente, acho que não.

F.W. – E quando lhe fizeram o convite, já havia uma ideia de plataforma, alguma coisa [nesse sentido]? Ou o senhor [foi desenvolvendo] isso?

M.M. – Não. Criamos uma Comissão de Plataforma, com algumas ideias, que acabaram, aliás, não vingando, porque rapidamente vi que não eram ideias viáveis. Porque naquela época... Em que ano foi?

F.W. – Em 2001, não é isso?

R.M. – O senhor assume em 2001. Portanto, deve ter sido no finalzinho de 2000, [início de 2001].

M.M. – É, por aí. E era a época do *dot-com*¹⁴, quer dizer, da nova economia.

F.W. – *Sim. [Havia] grande expectativa com relação ao setor virtual, não é isso?*

M.M. – É, virtual. As empresas “ponto com”, não é? Então, o grupo que trabalhou nessa plataforma tinha um nome lá bonito: 300, 3.000, ou alguma coisa assim. Uma das propostas era a ideia de a Associação Comercial capitanear uma empresa de *dot-com*, um *site* de vendas e de acesso a dados econômicos micro e macroeconômicos. Era uma espécie de “pré-sal eletrônico”¹⁵.

F.W. – *[riso] Pré-sal eletrônico! Vai resolver todos os problemas.*

M.M. – Mas depois vimos que não tinha nenhuma base, que...

F.W. – *É verdade.*

M.M. – E não só geral. Havia aspectos pouco consistentes na proposta, um pouco fantasiosa. Não só aquele projeto, mas mesmo algumas iniciativas que já tinham sido começadas, viu-se que davam prejuízo. Porque, lá, nós tínhamos um sistema de atendimento telefônico para os comerciantes. Para a coisa de cheque, não é?¹⁶

F.W. – *Proteção ao cheque.*

¹⁴ Designação das empresas desenvolvidas para atuar predominantemente na internet.

¹⁵ A chamada camada pré-sal é a faixa que de 800 quilômetros, abaixo do mar, que se estende entre os estados do Espírito Santo e Santa Catarina, e que engloba três bacias sedimentares (Espírito Santo, Campos e Santos). O petróleo encontrado nesta área está a profundidades que superam os 7 mil metros, abaixo de extensa camada de sal. Segundo estimativas, esta camada pode abrigar, no total, algo próximo de 100 bilhões de barris de óleo em reservas, o que colocaria o Brasil entre os dez maiores produtores do mundo. A referência feita pelo depoente ao “pré-sal” busca descrever o impacto causado, na época, pelas empresas dot-com. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u440468.shtml>> e em <<http://www2.petrobras.com.br/presal/10-perguntas>>. Acesso em 18/9/2009.

¹⁶ Refere-se ao Telecheque, Empresa que, a partir de informações fornecidas pelo Banco Central, provenientes de mais de cem instituições financeiras, usuários do sistema e de outros parceiros, monta um banco de dados com mais de 16 milhões de CPFs, com “nada consta”, e informações restritivas de 80 milhões de registros de cheques. Atualmente, já oferece serviços na internet. Disponível em: <<http://info.abril.com.br/aberto/infonews/052001/29052001-18.shl>>. Acesso em 23/6/2009.

M.M. – Mas era só uma parte, uma parte pequena, e que acabou criando passivos trabalhistas.

R.M. – Inclusive, constam no seu relatório final, esses passivos.

F.W. – E além dessa bandeira, digamos assim, havia outros temas que [tenham sido] utilizados na campanha?

M.M. – Havia, sim, um tema programático. Eu disse que não havia, mas havia sim. Porque nós estávamos no ano 2001, [e,] portanto, a um ano da próxima eleição presidencial. Então esse grupo achou que era importante defender, contra os ataques que estavam ocorrendo ao programa de reformas e de modernização do país. Tanto que [durante] minha passagem [por] lá, os quatro anos foram muito dedicados a temas nacionais. Uma diferença até da atual administração, que focou muito [mais os] problemas regionais do Rio de Janeiro. Acho que ambas as abordagens são válidas.

Mas esse grupo saiu de que raciocínio? De que, a partir do sistema implantado pelo presidente Vargas, existiam várias associações que viviam de contribuições paraestatais obrigatórias e que representavam diretamente os interesses do comércio, da indústria, do seguro. Enfim, eram associações setoriais, de contribuição obrigatória e que, obrigatoriamente, tinham que defender os interesses daquele setor.

F.W. – Daqueles setores corporativos, na verdade. Eram organizações corporativistas.

M.M. – [Sim,] entidades corporativistas. Então, se você for olhar para os Estados Unidos, eram associações de *lobbying*. O *lobby*, o que faz? Defende os interesses; até de uma maneira legítima.

F.W. – Sim, claro.

M.M. – No Brasil, há uma idéia de que o *lobbying*, necessariamente, é uma coisa perniciosa, quase um desvio de conduta.

F.W. – A nossa cultura tem dificuldade ainda para lidar com isso.

M.M. – Para assimilar. Então, [parti] da premissa de que essas associações são organizadas por região e setor, [e] então, havia a Firjan¹⁷, a Fiesp¹⁸, Fecomércio¹⁹ etc.

F.W. – Federações e confederações.

M.M. – Então, tanto os interesses regionais quanto setoriais estavam mais ou menos defendidos. A Associação Comercial, em contraste, tinha nascido em um momento que o Evaldo Cabral de Mello critica como sendo fruto da história “riocêntrica”. [risos] A Praça do Comércio foi inaugurada em 1820, com a presença de D. João VI, como rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Então é, realmente, uma associação que procura representar a sociedade civil. E o Rio de Janeiro, aliás, sempre teve muito essa vocação nacional.

F.W. – Seria uma tentativa de reafirmar essa vocação.

M.M. – Então, ao contrário dessas outras associações, que eram e são de *lobbying* setorial e regional, nós seríamos uma associação de *advocacy*, advogando causas e não interesses específicos. Causas, sim, do empresariado, da sociedade civil – estou sempre chamando a atenção [para isso]. Aliás, a primeira proposta de estudos da história da ACRJ foi a de estudar a história do comércio, e eu disse: “Não, a Associação Comercial...” Porque naquela época, no Rio de Janeiro, a grande atividade era a comercial. Mas hoje os nossos sócios, o nosso Conselho Superior tem uma composição pluralista, são pessoas do comércio, são advogados, são pessoas da área de telefonia, da área de seguros, e até pessoas advindas de outras organizações da sociedade civil, organizações não governamentais, no bom sentido da palavra.

F.W. – Ou seja, havia essa preocupação de afirmar, digamos assim, um perfil cosmopolita.

¹⁷ Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro.

¹⁸ Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

¹⁹ Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro.

M.M. – Cosmopolita e programático. Ou seja, programas de interesse nacional, [mas] que também interessam, evidentemente, ao Rio de Janeiro. Enfim, a idéia da modernização, das reformas; reformas tanto macroeconômicas quanto microeconômicas, e da livre iniciativa. E por isso é que havia essa centralidade, em torno das reuniões anuais; havia [também] as sub-regionais, as sub-reuniões setoriais.

F.W. – Além do tema da expectativa com relação ao comércio virtual e da questão da manutenção da pauta de reformas do Plano Real²⁰, nesse programa, havia, digamos assim, bandeiras que o senhor lembraria? Ou essas seriam as mais importantes?

M.M. – Depois houve algumas bandeiras que [nós] perseguimos, como fazer do Rio um centro de seguros, não é?

R.M. – Junto com a Fenaseg²¹ e a Firjan, um projeto, um convênio.

M.M. – É, um convênio, que ainda assinei, até, na última semana [em] que estava na presidência. Assinamos lá no Palácio da Guanabara, com a prefeitura, com o estado, com a Fenaseg.²² Havia também outros programas – que estava tentando me lembrar agora –, como

²⁰ Plano de estabilização econômica a longo prazo elaborado durante o governo de Itamar Franco e implantado em três etapas, a partir de junho de 1993: 1) o Programa de Ação Imediata (PAI), que estabeleceu um conjunto de medidas voltadas para a redução e maior eficiência dos gastos da União ainda no ano de 1993; 2) criação da Unidade Real de Valor (URV), através da Medida Provisória nº 434, de 28/02/1994, já prevendo sua futura transformação na moeda Real; 3) a edição da Medida Provisória nº 542, de 30/6/1994, disciplinando o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, as regras e condições de emissão da moeda Real. O Plano Real teve por objetivo o controle da hiperinflação, problema crônico na economia brasileira, e para tanto se baseou em um forte ajuste fiscal; na desindexação da economia (a adoção da URV teve por objetivo a eliminação da memória inflacionária); adoção de uma política monetária restritiva; redução pontual das tarifas de importação e adoção de um câmbio artificialmente valorizado. Foi elaborado por um grupo de importantes economistas que integravam a equipe do então ministro Fernando Henrique Cardoso, entre eles Persio Arida; André Lara Resende; Gustavo Franco; Pedro Malan, Edmar Bacha, Clóvis Carvalho e Winston Fritsch. É considerado o mais amplo plano econômico já realizado no país. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Plano_Real>. Acesso em: 13/6/2009.

²¹ Federação Nacional das Empresas de Seguro Privado e de Capitalização.

²² A criação de um centro internacional de resseguros no Rio de Janeiro é uma proposta antiga, que ganhou força com a aprovação pelo Congresso Nacional da Lei Complementar nº 126, que quebra o monopólio do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB). Em out./2007, foi assinado, na sede da ACRJ, um protocolo de intenções para transformar a capital fluminense em um centro desta natureza. O compromisso foi firmado pelos governos

o dedicado a limitar a carga tributária. Enfim, eram certas preocupações que, pela evolução das coisas, passaram a ser importantes. Esse é um exemplo, apenas.

R.M. – Quando o senhor assume a presidência da Associação, já estamos na reta final do governo do Fernando Henrique.²³

M.M. – É.

R.M. – Se não me falha a memória, com aquela sucessão de crises: a crise asiática, a crise da Rússia, enfim, uma atrás da outra.

M.M. – A crise da Argentina.

R.M. – Sim, a crise da Argentina. Esse tipo de crise internacional, afetando o real, que até então vinha tendo um bom desempenho, repercute de algum [modo] em termos da agenda da Associação Comercial? Teria afetado de algum [modo]?

M.M. – Não. Mas foi muito objeto da nossa reflexão, não é? Porque, como disse, esse trabalho, eu já vinha fazendo antes de ser presidente, sobretudo na gestão Sendas²⁴. Então, nós estudávamos os problemas conjunturais e estruturais da economia brasileira e o seu contexto internacional. [Além disso,] a equipe econômica do presidente Fernando Henrique, como vocês sabem, em grande parte, veio da minha equipe, não é?

R.M. – Da embaixada?

estadual e municipal, entidades e empresários do setor de seguros, a Firjan e a ACRJ. Disponível em: <<http://www.fenaseg.org.br>>. Acesso em: 15/7/2009.

²³ Marcílio Marques Moreira assumiu a presidência da Associação Comercial do Rio de Janeiro em maio de 2001. No ano seguinte, seriam realizadas as eleições com vistas à sucessão de Fernando Henrique Cardoso na chefia do governo.

²⁴ Arthur Antônio Sendas dirigiu a ACRJ entre 1997 e 2001.

M.M. – Não, do ministério. Dos meus colaboradores diretos, sete foram [integrar a equipe do] [presidente] Fernando Henrique: o Armínio [Fraga] foi ser presidente do Banco Central; o [Francisco] Gros foi ser presidente do BNDES e depois da Petrobras; o [José] Gregori foi ser ministro da Justiça; o Celso Lafer foi ministro do Exterior; o [Pedro] Parente foi ser ministro do Planejamento e depois, chefe da Casa Civil; o [Pedro] Malan foi ser ministro da Fazenda, a Dorothea Werneck foi ser ministra da Indústria e Comércio; a Claudia Costin foi ser ministra da Reforma Administrativa²⁵. Eu tive, então, a felicidade de atrair essa gente. Na minha posse, estavam todos: o Armínio, o Gregori, o Malan... Fiz, em minha posse, um seminário que começou de manhã e acabou à tarde.

F.W. – Então, só para a gente fechar essa conjuntura. Por força inclusive da própria perspectiva da eleição – uma eleição que, na verdade, de qualquer maneira [determinaria] a [mudança de] presidente, porque [o Sendas] não poderia concorrer novamente –, a opção e a preocupação maior eram de ordem nacional. Mesmo tendo também a sucessão no estado do Rio de Janeiro. Ou esse era um tema também que aparecia?

M.M. – Sim. Sempre houve uma tradição na Associação Comercial de ouvir os candidatos a presidente e de ouvir os candidatos a governador, e, agora, até de prefeito.

F.W. – Claro.

M.M. – E isso foi feito. Naquela época, o Sendas tinha muito boas relações com o governo Garotinho, e depois, [com a] Rosinha.²⁶ Então, isso foi mantido.

²⁵ Refere-se a Claudia Costin, que exerceu as funções de secretária executiva do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (1995-1998) antes de substituir Luís Carlos Bresser Pereira. Como titular da pasta, Costin permaneceu entre 1998-1999. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/2008/11/07/ult5773u180.jhtm>>. Acesso em 7/9/2009.

²⁶ Anthony William Matheus de Oliveira, conhecido como Anthony Garotinho, governou o estado do Rio de Janeiro entre 1999-2002, quando renunciou para concorrer às eleições presidenciais. Sua mulher, Rosângela Garotinho Barros Assed Matheus de Oliveira, também conhecida como Rosinha Matheus ou ainda como Rosinha Garotinho, governou o mesmo estado entre 2003-2007. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Anthony_Garotinho> e <http://pt.wikipedia.org/wiki/Rosinha_Garotinho>. Acesso em: 18/5/2009.

F.W. – Certo. E havia um temor muito grande com relação à manutenção do programa de reformas.

M.M. – Era muito grande. Da política monetária, fiscal e cambial, que acabou sendo mantida, não é?

F.W. – Certo. Na verdade, esses temas, no processo de disputa, eles não tinham aparecido muito, não é?

M.M. – Não.

F.W. – Claro. Então, fale-me sobre a sua posse. O senhor começou então com esse seminário.

M.M. – É.

F.W. – As primeiras medidas que o senhor procurou implementar, quais foram elas? Como foi esse período, com o senhor chegando à frente da Associação?

M.M. – A posse foi [com] um seminário que organizei [ainda] como presidente do Conselho, [e que durou] todo [um] dia. Compareceram o Armínio, o José Gregori, a Maria Silvia [Bastos Marques], o Malan; acho que o [Edmar] Bacha foi também. Depois [desse], sempre anualmente organizávamos [outro], [assim como,] também, algumas reuniões intermitentes. E eram os grandes temas [que eram abordados]. Por exemplo, o tema tributário, a reforma tributária; depois, quando houve aquela tentativa de projeto de lei que aumentaria de muito a tributação de empresas profissionais que recolhiam os impostos pelo lucro presumido – o projeto de lei ficou conhecido pelo seu número. Nós fizemos uma grande reunião, juntando associações de Minas, associações de São Paulo – o Afif Domingos já [era] presidente da Associação de São Paulo²⁷.

²⁷ Guilherme Afif Domingos foi presidente da Associação Comercial de São Paulo e da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo (1984-1988 e 2003-2007).

F.W. – Da Associação Comercial de São Paulo?

M.M. – A Associação Comercial de São Paulo e a Associação Comercial de Minas Gerais participaram do esforço.

F.W. – O Szajman?

M.M. – Não. O Szajman é setorial.²⁸

F.W. – É setorial: a Federação do Comércio.

M.M. – Era a Associação Comercial de São Paulo, presidida pelo Burti²⁹, e depois pelo Afif Domingos.

F.W. – A gente tem, também, a informação de que havia uma preocupação com relação à própria estrutura da Associação; com relação aos serviços [oferecidos aos] associados, e com relação à sociedade civil. Havia essa preocupação de aproximar a Associação de setores da própria sociedade carioca e fluminense?

M.M. – Também [havia]. Tanto que nós reorganizamos, ou reativamos, alguns conselhos que estavam dormentes, digamos assim. O Conselho de Cultura, por exemplo, ele era chefiado pela ex-esposa do Roberto Marinho, que faleceu em Nice, na França, e aí não houve uma substituição.³⁰ Se houve, a pessoa não [assumiu, de fato]; [ele] não estava se reunindo. Foi [então] reativado sob a presidência de Ricardo Cravo Albin. Criou-se – aí, sim, [com interesse]

²⁸ O empresário Abram Szajman atualmente preside a Federação do Comércio do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Abraham_Szajman>. Acesso em: 28/9/2009.

²⁹ Alencar Burti, ex e atual presidente da Associação Comercial de São Paulo, da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo e da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil. Disponível em: <http://www.novovarejo.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=114:mercado-entrevista-alencar-burti&catid=45:entrevista&Itemid=70>. Acesso em: 28/9/2009.

³⁰ Refere-se à primeira mulher do jornalista Roberto Marinho, Stella Goulart Marinho, que morreu em 1995. Encontrava-se então em Nice, quando foi assaltada, e jogada no chão, sofrendo fratura de crânio.

no Rio de Janeiro –, um Conselho de Varejo, presidido por Daniel Plá, que também não existia. Reativou-se o Conselho da Mulher Executiva. Tínhamos também um Conselho de Assuntos Estratégicos. Era um pouco até para [atrair] os militares, [que] estavam muito desenxabidos, afastados da sociedade. Então, eles se reuniam com outras pessoas. E fizemos, imediatamente, um convênio com a Fundação Getulio Vargas; o Carlos Ivan³¹ ~~veio~~ foi [Ministro, aqui vou manter o original “foi à”, pois em vários outros momentos o Sr. faz se refere ao “aqui” como sendo a DGV, o local da entrevista] à ACRJ, assinou, e nos deram uma ajuda não só material, mas também de troca de serviços. Tanto que alguns eventos, quando vocês estavam reformando o auditório daqui [o depoente refere-se à sede da FGV], foram feitos lá. Desde a minha posse até que deixei [o cargo], até o meu computador era da Fundação Getulio Vargas. [risos] Porque quando cheguei [na Associação], o presidente não tinha computador.

R.M. – A gente observa, vendo o relatório de sua gestão, que, ao mesmo tempo em que é revitalizado o próprio prédio, [com] a modernização de elevadores, da fachada, ao mesmo tempo a Associação procura dinamizar até a estrutura organizacional, o regimento interno.

M.M. – Quando eu falei de seguro e resseguro, outra iniciativa relevante que deu bastante trabalho para organizar e que funciona bem, mas ninguém conhece, é o Centro de Arbitragem.³²

F.W. – O senhor pode falar um pouco, explicar para nós como é que funciona o Centro?

M.M. – O Centro de Arbitragem... Nós chamamos a Firjan; entrou a Firjan e a Fenaseg; [já] a Fecomercio-RJ que sempre disse que ia entrar, acho que acabou não entrando. É chefiado desde sua criação por um dos nossos conselheiros, o professor Theóphilo de Azeredo Santos, e nós chamamos um advogado muito ativo, o Pedro Batista Martins, que fez um grande trabalho. Para inaugurar, veio o vice-presidente da República, o Marco Maciel³³, que tinha sido autor da

³¹ Carlos Ivan Simonsen Leal preside a Fundação Getulio Vargas desde 2000.

³² Resultado de uma ação conjunta entre a ACRJ, a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, e a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização (Fenaseg), o Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem foi criado com a finalidade de propiciar ao cidadão mais um meio de acesso à justiça. Disponível em: <http://www.acrj.org.br/rubrique.php?id_rubrique=17>. Acesso em 15/6/2009.

³³ Político pernambucano, Marco Maciel foi deputado federal entre 1971-1979 e senador entre 1983-1985; 1987-1994 e de 2002 até o momento, além de ter sido representante de seu estado na Assembleia Nacional

Lei de Arbitragem³⁴. E para a nossa surpresa, com apenas um ano, o Centro de Arbitragem já era auto-suficiente. Nós fizemos um programa: durante três anos essas organizações aportariam recursos para ele chegar ao *break-even*³⁵, mas ela chegou a esse ponto já no primeiro ano. [Ele já] tem sob sua responsabilidade muitas arbitragens, mas ainda não conseguimos que seu desempenho muito positivo fosse mais bem difundido.

F.W. – Como é que funciona? As empresas recorrem ao Conselho de Arbitragem e resolvem as suas [diferenças]?

M.M. – É. Em geral, elas já colocam nos seus contratos o Centro de Arbitragem como fórum para resolução de eventuais conflitos.

F.W. – Para dirimir questões.

M.M. – É. Tentei trazer a Fundação Getulio Vargas também, mas vocês criaram uma própria aqui. [riso] Tentei também atrair a Câmara de Comércio Americana, mas às vezes temos situações particulares [que dificultam]. Mas acho que [o Centro de Arbitragem foi] uma realização importante e é uma iniciativa com um grande potencial ainda. Porque, mesmo com a reforma em curso, o Judiciário brasileiro ainda é muito moroso, não é?

F.W. – Claro.

Constituinte de 1988. Foi também ministro da Educação e Cultura (1985-1986) e ministro-chefe da Casa Civil (1986-1987), além de vice-presidente da República nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Cf.: M^a Carmina Monteiro & André Couto. Marco Maciel. In: *DHBB*.

³⁴ A lei 9.307/96, conhecida também como Lei Marco Maciel, foi aprovada em 23/9/1996, e instituiu a utilização da mediação e arbitragem no Brasil. Segundo ela, as pessoas capazes de contratar poderão valer-se da arbitragem para dirimir litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis; e a arbitragem poderá ser de direito ou de equidade, a critério das partes. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L9307.htm>>. Acesso em 30/7/1996.

³⁵ Sair sem ganhar ou perder; empatar; igualar.

M.M. – E apesar da criação dos juizados especiais e das varas empresariais, os juízes ainda têm pouco conhecimento do fato econômico, sobretudo dos desdobramentos mais modernos, contratos com empresas estrangeiras, derivativos etc.

F.W. – Dessas primeiras iniciativas do início do seu mandato... [Sim,] porque, na verdade, o senhor teve dois mandatos, não é isso?

M.M. – É.

F.W. – Nesse primeiro mandato, houve alguma iniciativa pela qual o senhor, digamos assim, tem um particular apreço, ou que [tenha sido] uma iniciativa [cujo] resultado, visto a distância, o senhor acha muito importante chamar a atenção? Ou, ao contrário, alguma frustração, nesse primeiro mandato, em relação a ideias que vocês tentaram colocar em prática?

M.M. – Houve várias ideias. Inclusive, já naquela época, pensamos fazer uma história da Associação Comercial. [riso] Porque a mais recente que tinha sido feita realmente é uma coisa que nem dá para entender como é que foi [publicada],³⁶ com erros tipográficos repetidos tornando ilegíveis muitos trechos do livro.

F.W. – Quais foram as iniciativas [no] sentido de avançar a defesa do programa de reformas e como é que isso se deu? Em certo sentido –não sei do ponto de vista da Associação –, foi bem-sucedido.

M.M. – Foi.

F.W. – O partido da manutenção foi razoavelmente bem-sucedido. Como é que foi isso? Quais foram as iniciativas que vocês tomaram e como é que foi a repercussão, as dificuldades para colocá-las [em prática]? Além desse seminário de abertura, vocês fizeram outros?

³⁶ Herculano Gomes Mathias. *Comércio, 173 anos de desenvolvimento: história da Associação Comercial do Rio de Janeiro (1820-1993)*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993.

M.M. – Além dos seminários, havia também os encontros com altas autoridades federais, estaduais e mesmo internacionais. Nós demos grande ênfase também aos “Almoços do Empresário”³⁷, que conseguimos mais ou menos manter regularmente, com caráter mensal. Conseguimos trazer praticamente todo o ministério do Fernando Henrique, e depois, o do próprio Lula.

F.W. – Depois, do próprio Lula.

M.M. – O próprio Lula. E o presidente Fernando Henrique veio duas vezes. O Lula, a primeira vinda [dele] ao Rio de Janeiro foi [para] um seminário nosso. [Mas] quando os presidentes vinham, a segurança não permitia que fosse lá, na Associação Comercial, porque não temos heliporto [no prédio]. Então, tínhamos que pedir emprestado o auditório do BNDES, porque [lá, sim,] tem um heliporto. Fizemos lá uma reunião [que] até foi muito interessante para o Fernando Henrique, porque veio o Itamar, e foi ali que os dois se reencontraram, depois...

F.W. – Depois das brigas [riso].

R.M. – E o senhor, no meio dos dois, não é?

M.M. – É. Foi a primeira visita do Lula ao Rio depois de sua posse na Presidência. Foi uma reunião sobre a China até.³⁸

F.W. – As relações Brasil e China.

M.M. – Aliás, na ocasião eu não respondi a uma pergunta do Presidente, porque ele se virou para mim: “Quando foi que Napoleão esteve na China?” [risos]

³⁷ Um dos mais tradicionais eventos promovidos pela ACRJ, o “Almoço do Empresário” é patrocinado pelo Banco Bradesco e pela Bradesco Seguros e Previdência. Disponível em: <http://www.acrj.org.br/noticia.php3?id_article=3140>. Acesso em 17/9/2009.

³⁸ Refere-se ao Seminário Relações Brasil-China, realizado em 2003, quando foi assinado o primeiro acordo bilateral de cooperação entre os dois países.

F.W. – Napoleão esteve na China?!

M.M. – Porque houve um escritor que disse que quando... Não, eu acho que era ao contrário: Napoleão teria dito que a China, quando acordasse, ia ser uma grande potência mundial.

F.W. – [riso] Acho que ele não passou da Rússia, então, não chegou à China. Ele foi ao Egito.

M.M. – Foi ao Egito. Até que ele viajou muito. E é impressionante você ver, na sede da Companhia Suez há aqueles livros todos que ele mandou publicar. É uma coisa inacreditável, não é? Primeiro, o Champollion, [o] que conseguiu ler os hieróglifos³⁹. E mandou muitos cientistas, e eles publicaram inúmeras pesquisas e descobertas. São uns livros enormes, com muitos mapas; é uma coisa impressionante.

Mas então, [voltando a] esses almoços. [Eles] eram muito importantes. A gente então discutia muito os temas, trazendo os responsáveis pelas diversas políticas públicas para [debaterem] os assuntos. E eu sempre iniciava os almoços com uma espécie de apreciação, não tanto do orador, mas do tema, fosse educação, fosse economia, fosse saúde, Previdência... Estudamos esses temas todos.

F.W. – Esse primeiro ano da sua gestão também é o ano da crise energética, não é isso? Dois mil e um foi exatamente o ano do racionamento⁴⁰.

³⁹ Jean-François Champollion (1790 -1832), linguista e egiptólogo francês, foi quem pela primeira vez decifrou os hieróglifos egípcios, ao identificar vários dos caracteres demóticos na Pedra de Roseta, juntamente com os seus equivalentes cópticos. Bloco de granito negro encontrado por tropas napoleônicas em 1799, a Roseta, com o tratado de capitulação assinado em 1801, foi transferida para o Museu Britânico, em Londres. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Pedra_de_Roseta>. Acesso em: 8/9/2009.

⁴⁰ O que ficou conhecido como “apagão”, foi a crise sem precedentes que afetou o fornecimento e a distribuição de energia elétrica no Brasil nos dois últimos anos (2001-2002) do governo Fernando Henrique Cardoso. Após toda uma década sem investimentos em geração e distribuição, o setor elétrico se viu ameaçado pela forte escassez de chuvas, que reduziu a água dos reservatórios hidrelétricos a níveis drásticos. Surpreendido pela necessidade premente de cortar em 20% o consumo de eletricidade no país, o governo elaborou às pressas um plano de racionamento, baseado em campanha de incentivo ao racionamento “voluntário” de energia e na definição de benefícios para os consumidores que cumprissem as metas de redução de consumo. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Esc%C3%A2ndalo_do_apag%C3%A3o>. Acesso em 17/9/2009.

M.M. – Ah, é verdade.

F.W. – Isso mobilizou a Associação? Vocês foram requisitados, digamos assim, pelos associados a tratar desse tema? Ou isso não aconteceu?

M.M. – Não com muita intensidade. Uma das iniciativas principais que herdei, e durante a minha gestão foram realizados alguns, era um encontro anual chamado Enerj⁴¹. Ele ainda é feito, mas é bem mais modesto hoje em dia. E o Conselho de Energia discutia muito esse assunto, não é? Acho que naquela época o Conselho era presidido pelo Ivan Botelho⁴². Depois, até, por causa desse problema [da crise energética], eu convidei até o... Esse que foi presidente da ANP⁴³.

R.M. – O [John] Forman?

M.M. – Não, o primeiro presidente da ANP, o [David] Zylbersztajn. Ele aceitou, mas depois teve [proposta de] um contrato fora do Rio.

R.M. – Mas dando uma olhada na temática dos seminários a gente realmente se dá conta da grande diversidade: tem energia térmica, tem petróleo, tem educação, tem produção de alimentos orgânicos, até “Atualidade de San Tiago Dantas”, que é uma preferência do senhor.

M.M. – É, foi um seminário importante por ocasião dos 40 anos da morte, em 1964, de San Tiago. Os anais do seminário transformaram-se em um livro, como você sabe.⁴⁴ Consegui

⁴¹ Energia para o Rio de Janeiro, encontro promovido pela ACRJ com o intuito de discutir temas sobre energia do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.acrj.org.br>>. Acesso em 8/9/2009.

⁴² Presidente do Sistema Cataguazes-Leopoldina – SCL, que controla a Cenf (Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo), a Energipe (Empresa Energética de Sergipe), a CELB (Companhia Energética da Borborema) e a Saelpa (Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba).

⁴³ Agência Nacional do Petróleo.

⁴⁴ O Seminário *Atualidade de San Tiago Dantas* foi realizado pela ACRJ em agosto de 2004, que através dele procurou traçar um perfil completo daquele personagem, em suas mais variadas frentes de atuação: advogado, jurista, professor, ministro da Fazenda e das Relações Exteriores, jornalista, deputado federal, e orador. As análises e testemunhos então apresentados foram transformados em livro de idêntico nome e publicados pela Editora Lettera.doc.

realmente trazer para falar sobre San Tiago uma meia dúzia de ministros e ex-ministros. Estiveram dois ministros, que foram o Celso Amorim e o [Luiz] Dulci, e seis ex-ministros: Mário Gibson, Antônio Dias Leite, Celso Lafer, José Gregori, Hélio Jaguaribe e eu próprio.

F.W. – Isso, [então] já no governo Lula.

M.M. – Já no governo Lula, em 1994. E consegui que o Dulci fizesse uma palestra sobre o estilo e a linguística em San Tiago Dantas, que é o assunto em que ele é especializado. Ele tem um mestrado em linguística e em línguas antigas, sobretudo grego e latim, da UFRJ.⁴⁵

F.W. – Ah, que interessante!

M.M. – Foi aí que ele me disse que quando a coisa lá na Secretaria Geral da Presidência fica muito apertada, ele resolve ler poesia em grego.

F.W. – Ah, que ótimo! [riso] Acho que é por isso que ele foi o único do núcleo duro que...

M.M. – É, que resistiu. Foi interessantíssima a [participação] dele. Eu [o] convidei para falar sobre a política em San Tiago, mas aí ele disse: “Não, eu não tenho tempo; não conheço bastante. Só poderia fazer se fosse da minha área.” Eu disse: “Está feito.” Aí ele não conseguiu dizer não. [risos]

F.W. – Mas o senhor teve alguma dificuldade nesses anos de gestão? Ou internamente, [em relação] à Associação? Por exemplo, o senhor fazia todos esses eventos. Com o seu trânsito e contatos não era difícil conseguir trazer essas pessoas ou conseguir, imagino eu, realmente estabelecer essa interlocução. Mas do ponto de vista interno, com relação aos associados, isso tinha [algum] reflexo? [Digo] do ponto de vista da própria participação dos associados. Ou havia dificuldades muito grandes?

⁴⁵ O ministro Luiz Soares Dulci, chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, é formado em Letras Clássicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/SecGeral/biografia.htm>>. Acesso em: 9/9/2009.

M.M. – Não, eles participavam bastante. O Conselho de Políticas Econômicas sempre manteve um quórum muito bom. Agora, a grande dificuldade é a financeira, não é?

F.W. – É a financeira.

M.M. – É a financeira. Porque realmente nós somos uma associação na base de contribuições voluntárias.

R.M. – E o orçamento [se torna] muito irregular, não é?

M.M. – É. Tivemos, nesse período todo, o apoio do Bradesco. Inicialmente, ele financiava exatamente esses seminários, anuais ou semestrais. Mas o seminário sempre dava uma boa repercussão e era complementado pelos Almoços do Empresário, mensais, também financiados pela Seguro Bradesco; pelos Cafés da Manhã, patrocinados pela MPE-Montagens e Projetos Especiais S.A.; por *workshops*, com o patrocínio do Sebrae⁴⁶ e por outras organizações e empresas.

F.W. – É uma categoria fácil de mobilizar, o empresariado carioca?

M.M. – Não, não é muito fácil, [não]. Porque o Rio se esvaziou muito, não é? Agora, aliás, é que estão vindo novos investimentos.

R.M. – Uma coisa que se observa também é o número de associados: quando o senhor entrou, chegava a oitocentos e qualquer coisa; teve uma queda profunda, que eu acho que deve corresponder mais ou menos ao período de crise [econômica]; e depois, no último ano de [sua gestão], deu uma reerguida. E, surpreendentemente – quer dizer, surpreendentemente para mim, que sou uma leiga –, é mais na pessoa física e não na jurídica que a gente encontra a maior resposta.

⁴⁶ Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

M.M. – É. Nós fizemos um pouco, digamos, uma limpa. Nós tínhamos sócios que não pagavam. E em um certo momento, também... [ajutando o microfone]

[PAUSA]

M.M. – Então, havia muitos sócios que não contribuía, e também, por causa de algumas campanhas anteriores – não sei em que período exatamente –, havia muitos sócios remidos. [Assim], as grandes empresas, as boas empresas cariocas, como participaram daquelas campanhas, não pagavam. [E] a gente tentou repescá-las.

R.M. – E, realmente, [há um crescimento]. Na época, eram [algo em torno de] 850 e passa a 880, [aproximadamente].

M.M. – Agora, [pela] minha experiência, os presidentes empresários têm mais capacidade de [atrair novos sócios]. Por exemplo, na época do Sendas, ele trouxe muitas empresas da área de alimentos: os outros supermercados, muitos fornecedores de supermercados, ou muitos clientes de supermercados.

R.M. – É a área de atuação [que torna] mais fácil.

M.M. – Fica mais fácil, [sim]. Agora, o novo presidente, Olavo Monteiro de Carvalho, também conseguiu muito mais acesso a essas grandes empresas. E conseguir o apoio de empresários não é fácil, não. É um problema. Porque ele, muitas vezes, quer passar da *advocacy* para o *lobbying*. Agora, estou no conselho consultivo da Etco⁴⁷, o Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial, em que o grande problema é esse: às vezes vem a empresa, mas ela quer que o Instituto defenda [seus] interesses [específicos] quebre [seus] galhos etc., em vez de defender

⁴⁷ Organização da sociedade civil de interesse público (Oscip) fundada em 2003, que congrega empresas e entidades empresariais não governamentais com o objetivo de promover a melhoria no ambiente de negócios e de estimular ações que evitem desequilíbrios concorrenciais causados por evasão fiscal, informalidade, falsificação e outros desvios de conduta. Disponível em: <<http://www.etco.org.br/texto.php?SiglaMenu=QSM>>. Acesso em: 9/9/2009.

a livre iniciativa e a operação do mercado em um *level playing field*, isto é, em que as empresas compitam livremente, mas em condições paritárias.

F.W. – Haveria a dificuldade, digamos assim, da noção do que de fato a Associação pode fazer em termos de uma agenda que, na verdade, tem que ser geral. Tem que ser geral para as empresas.

M.M. – É.

F.W. – O próprio pluralismo, digamos assim, da Associação também, não cria, não gera eventualmente dificuldades? Por exemplo, a questão de defesa da política cambial. Isso não acontece?

M.M. – Acontece um pouco, também.

F.W. – Porque os empresários têm agendas diferentes.

M.M. – Por exemplo, os empresários sempre se queixam de juros e de câmbio, e, [na época,] eu defendia a política dos juros e do câmbio conduzida pela política monetária e cambial do Banco Central, baseada em metas de inflação e câmbio flutuante. Onde há maior consenso é na crítica à voracidade tributária nas várias esferas de Governo. Mas mesmo dentro da Associação, até hoje, dentro do Conselho de Políticas Econômicas, você tem gente do varejo e gente de *shopping centers*, e eles se hostilizam.

F.W. – Eles estão sempre em confronto.

M.M. – Eles se hostilizam muito. Às vezes, isto chega até a criar um mal-estar que eu procuro superar, ao defender a liberdade de qualquer um se manifestar, sem menosprezar a posição do outro.

F.W. – E a Associação consegue ser um fórum para domesticar, digamos assim, [essas divergências]?

M.M. – É, um pouquinho. Tem uma área em que nós chegamos a atuar bastante, que é a área de portos. Acho [até] que hoje em dia temos contemplado menos o assunto embora tenha havido alguma continuidade. Há pouco, houve um seminário muito interessante a respeito. E também a Associação tinha, e ainda tem, cargos de representação em órgãos públicos, alguns de caráter consultivo. Por exemplo, [nós tínhamos lugar] nos Conselhos de Contribuintes do município e do estado. Agora andamos perdendo alguns. No Conselho de Contribuintes, na Junta Comercial, na Comissão de Portos, também [participamos]. Nós temos alguns dos nossos sócios que são especialistas na área de portos, entre os quais se destaca Juan Clinton Llerena; é uma área tradicional, porque a Associação Comercial está muito ligada ao porto do Rio, tanto que, até em termos locais, ela [está situada] perto do porto, não é? E eram, tradicionalmente, muitos comerciantes de importação e exportação.

F.W. – E com relação ao governo do estado, como é que foi a sua relação? O senhor pegou, na verdade, os dois últimos anos da administração Garotinho e os dois primeiros da administração da Rosinha Garotinho.⁴⁸ Como foi essa relação com o governo do estado?

M.M. – O governo do estado sempre prestigiou muito a Associação Comercial. Até porque nós somos apartidários, não é? Tivemos também boa relação com a governadora Benedita da Silva⁴⁹, nos cerca de nove meses de sua administração, durante os quais ela compareceu como homenageada em dois Almoços do Empresário.

F.W. – Claro.

⁴⁸ Ver nota 25, neste mesmo depoimento.

⁴⁹ Eleita vice-governadora do Estado do Rio de Janeiro em 1998 na chapa de Anthony Garotinho, Benedita da Silva assumiu o governo do estado em abril de 2002, por ocasião deste para concorrer à presidência da República. Primeira mulher negra a governar um estado brasileiro, Benedita permaneceu à frente do executivo fluminense até o final do mandato, em 1º/1/2003. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Benedita_da_Silva>. Acesso em 30/10/2009.

M.M. – Algumas dessas outras associações que citei se uniram muito ao governo federal, ou com o estadual, e como teve a época em que os dois se bicavam,... Mas nós evitamos isso. O governador sempre foi às minhas posses, o Garotinho e depois a Rosinha. Aliás, a governadora também compareceu à inauguração [da RedeVida]. [Essa] também foi uma das realizações da nossa gestão: implantar a RedeVida lá.⁵⁰ A emissora de televisão, de TV a cabo. Aliás, é TV a cabo e aberta também. É a terceira ou quarta em termos de audiência nacional.

F.W. – Ela transmite em sinal de UHF, não é isso?

M.M. – Não, não.

F.W. – É VHF?

M.M. – É. É o canal 16 na televisão aberta, além de ser transmitida a cabo pela Sky, NET etc. E tem uma enorme capilaridade. Isso deu uma boa [visibilidade]. Nós temos na RedeVida um programa, que é um programa da cultura dirigida pelo Ricardo Cravo Albin; também um político, que um associado, o Aristóteles [Drummond], continua a fazer em Brasília. Além disso, nós participamos frequentemente de um programa chamado *Tribuna Aberta*, e de alguns outros. As posses e alguns desses seminários [feitos por nós], a RedeVida costuma transmitir, às vezes até ao vivo. Por isso é que aquela localização é interessante, porque é ao lado do auditório lá de baixo. Às vezes, fazíamos os eventos ali [mesmo], [por ser] mais fácil, [já que] está ao lado da ...

F.W. – Da emissora.

⁵⁰ A ideia de criar uma rede de televisão nos moldes da RedeVida começou ainda no governo Sarney, quando da disputa pelo canal 11 de São José do Rio Preto (SP). Tendo obtido o canal gerador, o jornalista João Monteiro de Barros Filho obteve para o projeto o apoio da CNBB – que o condicionou à criação do Instituto Brasileiro de Comunicação Cristã (Inbrac), efetivada em 12/1992. A primeira transmissão da RedeVida de Televisão foi ao ar em 1º/5/1995, ainda em caráter experimental. Em pouco tempo, a emissora instalou estúdios auxiliares nos grandes centros, como São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Na capital fluminense, a RedeVida tem, há seis anos, um moderno estúdio instalado no prédio da ACRJ, com equipamentos digitais de última geração. Disponível em: <<http://www.redevida.com.br>>. Acesso em: 23/6/2009.

M.M. – Da emissora. Então, isso [tudo] foi bastante interessante. Você tem o auditório aqui, [no prédio da Associação] e do outro lado tem uma empresa [através da qual] você pode fazer todo tipo de emissão, por teleconferência e por Internet. Quer dizer, temos os dois canais de comunicação.

F.W. – Vocês fundaram um Conselho Empresarial de Ética e Responsabilidade Social⁵¹ dentro da Associação. Como é que foi isso?

M.M. – Foram alguns dos conselhos que criamos (como o de Varejo), ou então que revitalizamos (o de Cultura). Porque sempre foi uma preocupação nossa, e é da Associação Comercial, esse tema da ética e da responsabilidade social. Também instalamos outro conselho, que durante certo tempo funcionou bem, o da governança corporativa, como as empresas devem se organizar em termos de governança, transparência e também conduta ética. Um é social e o outro é em relação à sua própria estrutura corporativa.

F.W. – Isso foi uma iniciativa de vocês ou já foi, na verdade, em atenção a esse processo? Porque essa questão da responsabilidade social está aumentando muito nas empresas, não é?

M.M. – É.

F.W. – Foi alguma coisa que vocês já detectaram como demanda do setor? Ou é alguma coisa que é uma ideia de vocês e que na verdade foi ao contrário, a Associação é que contribuiu para gerar essa consciência?

M.M. – Acho que foi um processo meio dialético, ou, como diria Goethe, uma afinidade eletiva. Porque foi um tema também que se ampliou. Sempre me dediquei aos temas da ética,

⁵¹ Conselho Empresarial de Ética tem por objetivo aprofundar os estudos de comportamento para a conscientização da sociedade, de modo claro e permanente, com ênfase na importância da ética para a geração de desenvolvimento sustentável. Já o Conselho Empresarial de Responsabilidade Social visa o debate, análise e a divulgação dos temas relativos à responsabilidade social das empresas, promovendo e apoiando projetos de iniciativa da ACRJ ou em parceria com outras entidades ligadas ao Terceiro Setor. Disponível em: <<http://www.acrj.org.br>>. Acesso em 15/6/2009.

responsabilidade social e boa governança, e havia uma demanda crescente do empresariado em relação a esses temas.

F.W. – Claro.

M.M. – Em época anterior, na década dos sessenta, fui diretor da Copeg, que ocupava o 10º e parte do 7º andar do prédio da Associação. Então, ajudei a fundar e fui o primeiro presidente de uma empresa que se chamava Companhia de Desenvolvimento de Comunidades [Codesco]. Há mais de 40 anos, já éramos politicamente corretos, porque [esta empresa] era de urbanização de favelas. E chegou-se a urbanizar a primeira [delas], em Brás de Pina. Isso foi em 1968. Depois, o tema foi muito politizado e o esforço acabou, infelizmente, para só ser retomada várias décadas depois pelo programa municipal Favela-Bairro. Uma das favelas que foi urbanizada [naquela época] hoje é o bairro de Brás de Pina.

Realizamos, também, na minha gestão na ACRJ, dois seminários internacionais sobre tema que também é muito ligado a isso, a informalidade. Chamamos os dois seminários, um pouco pretensiosamente, [de fóruns] “mundiais da informalidade”.

F.W. – Ah, sim.

M.M. – Não foram mundiais, [mas sim] internacionais, porque veio gente da Espanha, veio gente da Argentina, da Colômbia, do Chile. Foi muito interessante, porque olhar a informalidade não como um fenômeno a demonizar ou erradicar, mas sim tentar...

F.W. – Entender.

M.M. – ... entender e tentar até captar suas virtudes, sem desconhecer sua problemática. Esse é um tema que eu vinha estudando desde os tempos da Codesco. Me lembro [que] uma vez estive com um grande professor de política americana Robert Dahl, autor de clássicos de ciência política⁵² –isso foi na década de mil novecentos e sessenta ou no início da seguinte –,

⁵² Robert Alan Dahl (EUA, 1915) é professor emérito de ciência política na universidade norte-americana de Yale. A polêmica em que se envolveu, ainda nos anos 1960, com C. Wright Mills se tornou um momento

e descrevi a ele a estrutura e dinâmica política de uma favela – hoje mudou totalmente. Ele ficou realmente muito impressionado, e eu soube depois, por ele mesmo, que passou a comentar essa experiência em suas aulas. Você vê o carnaval, que é até um dos maiores fenômenos econômicos do Rio, [ele] veio todo da informalidade, não é?

F.W. – Claro.

M.M. – E quando querem formalizar muito, perde o seu sabor.

F.W. – Perde o sabor. Dr. Marcílio, então, dessa experiência à frente da Associação, eu tinha lhe perguntado quais tinham sido as grandes dificuldades ou frustrações, ou talvez lições, que o senhor tenha tirado dessa experiência, não é? O senhor já tinha participado de tantas outras iniciativas, não é? Qual teria sido a principal lição dessa experiência, digamos assim, à frente da Associação?

M.M. – Uma das coisas que já toquei aqui, é que a estrutura de financiamento de todas essas iniciativas, beneficentes ou não lucrativas, é extremamente difícil e complexa. Isso eu vivi também aqui na Fundação Getulio Vargas. Quando eu assumi o Conselho, em 1993, chamei a atenção [para o fato de] que a Fundação [poderia] viver [apenas] por mais três anos, porque estava tendo um déficit que era um terço do seu fundo patrimonial. Depois a Fundação conseguiu dar a volta por cima. Mas muitas outras associações – de algumas inclusive, participo até hoje, [como] a Santa Casa [da Misericórdia], mas também a ABI⁵³, a Feira da Providência, a Orquestra Sinfônica Brasileira –, têm dificuldades enormes em se financiar.

R.M. – É. O senhor acompanhou até, de alguma maneira, [as dificuldades que enfrentamos] aqui no próprio Cpdoc, não é?

decisivo do desenvolvimento da ciência política norte-americana. Atualmente, é um dos expoentes na reflexão sobre as condições e processos da política democrática. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Robert_Alan_Dahl. Acesso em: 20/10/2009.

⁵³ Associação Brasileira de Imprensa.

M.M. – É claro, mas foi possível preservar o papel do CPDOC, como provedor de bens públicos de valor inestimável, como a preservação da memória do Brasil republicano.

F.W. – Mas no caso de uma associação que representa os interesses, digamos assim, de uma gama [maior]: o problema está na estrutura de representação ou, na verdade, é uma questão mais profunda? Porque, teoricamente, não faltariam interesses a se sentirem representados para que uma associação seja fundamental, não é?

M.M. – Os empresários já têm que contribuir, obrigatoriamente, para a Firjan, ou para a Fecomercio, ou para a Fenaseg, ou outros órgãos corporativos. Então, espontaneamente, eles não se sentem muito levados a contribuir para outras entidades, de natureza privada mas de interesse público. Você tem que mostrar um pouco o serviço que a [instituição] pode prover, porque isso é que vai motivá-los, e também a importância e nobreza das causas a debater e defender.

F.W. – Mas do ponto de vista também das iniciativas, das atribuições da Associação, o senhor acha que deveria ter algum tipo de mudança? – levando em consideração, [inclusive] essa dificuldade de autofinanciamento. Porque, de alguma maneira, também essas outras federações cumprem também, ou deveriam cumprir, algum outro tipo de função. Qual seria a vocação, digamos assim, da Associação? Como é que o senhor vê a Associação nesse aspecto? Porque, de certa maneira, é exatamente um problema de representação, não é? Dentro da sua experiência à frente da instituição, [e] levando-se em consideração, pelo menos, as necessidades do ponto de vista do Rio de Janeiro, como é que o senhor vê esse papel da Associação?

M.M. – Sempre vi a Associação – e por isso acho que é muito rica essa designação de “Praça do Comércio” – como uma espécie de ágora ateniense. Porque este era um lugar onde se comprava peixe, [e] se trocava azeite, mas se trocavam ideias também. Então, é um espaço público, transparente, objetivo e não partidário, em que as pessoas podem trocar suas ideias e podem discutir os seus [problemas] livremente.

F.W. – Como esfera pública.

M.M. – Sim. Mas não é *think tank*, porque nós não temos uma seção de pesquisa, mas sim um lugar em que se pode discutir e também [fazer] repercutir as idéias. Então, acho que é esse espaço de discussão, de diálogo, de reflexão da sociedade civil, que é a alma que move a ACRJ. Não é um espaço, como eu disse, capturado por interesses especiais, mas sim dedicado a ser um caldo de cultura gerador de bens públicos intangíveis.

F.W. – Claro, claro.

M.M. – E isso significa resistir a um dos piores vícios das políticas públicas no Brasil, a captura, por interesses especiais, dessas políticas. E como eu achava, e acho [ainda], que a Associação Comercial deve dar a contribuição, representar a sociedade civil no esforço para a melhoria, o amadurecimento e a modernização das políticas públicas, [do mesmo modo] também achava, e [continuo achando] que ela deve evitar ser capturada por grupos de interesse, ou por interesses especiais, mesmo que legítimos, pois para a defesa destes existem as federações setoriais, financiadas compulsoriamente por para-tributos que recaem sobre as empresas dos respectivos setores. Assim, a ACRJ pode dedicar-se a um diálogo descompromissado, uma reflexão, com o município, com o estado, com o governo federal e até com organismos internacionais. Como exemplo, lembro a visita à Associação, entre outros, de Enrique Iglesias, presidente do BID⁵⁴ e de Pascal Lamy, então Comissário para Comércio Internacional da União Européia e hoje diretor-geral da Organização Internacional do Comércio.

F.W. – Claro. E o senhor vê a Associação aparelhada para desempenhar essa função?

M.M. – É uma luta constante. Por exemplo, houve algumas iniciativas que estavam indo muito bem, mas aí elas não chegaram a sucumbir, mas foram conduzidas de maneira a não assegurar sua continuidade, ao menos no mesmo ritmo.

⁵⁴ Como também é conhecido o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Banco_Interamericano_de_Developmento>. Acesso em: 16/9/2009.

R.M. – *Esvaziadas.*

M.M. – É. Outro vício das nossas políticas públicas, a descontinuidade, não é? [Uma,] foi a criação da Agência de Desenvolvimento urbano⁵⁵ que a Associação ajudou a criar e conduzir. Aliás, não só a Agência, mas também a Associação teve um grande papel na criação do Consórcio do Plano Estratégico⁵⁶ para a cidade. E a Agência seria um pouco [o] braço mais operacional do Plano. Mas como o Conde⁵⁷ tinha dado muito apoio, em continuidade ao trabalho do César Maia, o César Maia, porque o Conde, com quem tinha então rompido, havia dado apoio, descontinuou uma coisa que ele [próprio] tinha começado.⁵⁸

F.W. – *É, até agora não tínhamos falado desse outro apoio. Nós tínhamos falado do estado;, tínhamos falado da União, mas ainda não tínhamos falado do município.*

⁵⁵ Agência Rio – Agência de Desenvolvimento da Cidade do Rio de Janeiro surgiu como proposta do Plano Estratégico, por iniciativa de 11 instituições representativas de importantes segmentos da sociedade. Tem por objetivo ser um agente catalisador do processo de crescimento da cidade, atraindo investimentos, e mobilizando interesses públicos e privados em diversas áreas. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/planoestrategico/old/plano93_96/pl_etapa.html>. Acesso em 28/7/2009.

⁵⁶ O trabalho desenvolvido pela equipe técnica da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro e o setor empresarial resultou em 1996 no primeiro plano estratégico, conhecido por *Plano Estratégico da cidade do Rio de Janeiro – Rio Sempre Rio*. Foi considerado pela prefeitura um instrumento que reverteria o quadro de decadência da cidade, tornando-a um local atraente e competitivo sob o ponto de vista dos investimentos entre o poder público e o poder privado. De sua elaboração participou, entre outros, o geógrafo e urbanista catalão, Jordi Borja, um dos mais importantes da atualidade, que vem participando da elaboração de vários planos estratégicos e projetos de desenvolvimento urbano de várias cidades europeias e latino-americanas. Cf.: Monica Amendola. O ordenamento urbano carioca sob a ótica do plano estratégico de cidades. In: *Revista geo-paisagem* (on line), vol. 1, número 2, jul./dez. de 2002. E disponível em: <<http://www.revistateina.com/teina/web/Teina4/dossierjordiborja.htm>>. Acesso em: 3/5/2009.

⁵⁷ Luiz Paulo Conde foi prefeito da cidade do Rio de Janeiro entre 1/1/1997 e 1/1/2001. Disponível em: <<http://www.alerj.rj.gov.br/memoria/nucleo.htm>>. Acesso em 29/7/2009.

⁵⁸ Entre 1993 e 1996, durante a primeira gestão de César Maia na prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, o arquiteto Luiz Paulo Conde ocupou a Secretaria Municipal de Urbanismo. Com as eleições de 1996, afastou-se do cargo, concorrendo para a prefeitura, com o apoio de Maia, impossibilitado de candidatar-se à reeleição. Ainda desconhecido como político, Conde obteve, então, surpreendente votação, tendo contado a seu favor o fato de ter sido o idealizador de projetos como o *Rio Cidade*, o *Favela Bairro* e a construção da Linha Amarela. Em 1998, após a derrota de César Maia para Anthony Garotinho nas eleições estaduais, Conde rompeu com o que até então fora seu mentor político, ao mesmo tempo em que Maia afastava-se do PFL e ingressava no PTB. Nas eleições de 2000, Luiz Paulo Conde e César Maia disputaram acirradamente a prefeitura, disputa esta que só ficou decidida nos últimos dias de campanha do segundo turno. Derrotado, Conde desligou-se do PFL – possibilitando assim o retorno de Maia ao partido – e filiou-se ao PSB, de Garotinho, partido pelo qual se elegeria mais tarde, em 2002, vice-governador do estado do Rio, na chapa encabeçada por Rosinha Matheus. Disponível em: <<http://www.alerj.rj.gov.br/memoria/nucleo.htm>> e em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Luiz_Paulo_Conde>. Acesso em: 17/9/2009.

M.M. – Então esse diálogo com o município acabou ficando muito difícil. Chegamos a fazer a apresentação, eu me lembro, ao próprio César Maia, [do projeto] “O Rio que queremos”, que como “O Brasil que queremos”, sempre conseguia atrair financiamento. Também é uma das lições que [aprendi]: o financiamento, você consegue para projetos. Então, o grande problema da Associação é conseguir, digamos, cobrir os custos fixos. Porque projetos, são mais fáceis na atração de apoios quer com o município, com o Sebrae, com o estado, com a União e com empresários. A Agência de Desenvolvimento ainda ocupa umas salas do prédio da ACRJ, alugadas, mas perdeu muito da [sua força,] porque estava baseada no apoio do município, que desapareceu.

F.W. – No apoio do município.

M.M. – Agora tem feito convênio com outros municípios. Tem [sido] realizadas algumas viagens de municípios fluminenses ao exterior. Os conselhos empresariais, como também esse tipo de entidade, dependem muito dos presidentes, do tipo de personalidade de cada um.

F.W. – Da personalidade do presidente da Associação.

M.M. – Não, da personalidade de cada um dos presidentes dos 19 conselhos. Por exemplo, um conselho que reúne sempre mais de 100 pessoas, é o de Segurança, [cujo] presidente o juiz aposentado Francisco Horta é uma pessoa muito efusiva e com grande capacidade, quase carismática, de arregimentar pessoas. Ele conseguia, e consegue ainda, reunir nos encontros do Conselho pessoas das mais variadas origens, militares, dirigentes da Igreja, heróis do esporte, passistas de Escolas de Samba, tudo junto.

R. M. – E essa questão segurança também é uma questão que hoje em dia está mobilizando mais.

M.M. – Muito. O Conselho de Educação tem muita importância, mas não o vejo, hoje em dia, muito ativo. Houve época em que promovia muitas reuniões, discutia muitos temas. Agora,

uma coisa também que muito positiva foi que eu contava com um grupo – sobretudo os dois ou três primeiros vice-presidentes – muito dedicado. Quer dizer, não tive que me preocupar com a parte administrativa, a não ser ajudar na parte de financiamento. A administração era muito bem feita. Eles iam [quase] todo dia lá; praticamente nunca assinei um cheque. Eles realmente eram muito dedicados.

F.W. – Ou seja, não há problema de quadros, digamos assim.

M.M. – Não, não. E há boa vontade. Nós temos reuniões do Conselho Superior, não sei, de três em três meses mais ou menos, e do Conselho Diretor, que é de quinze em quinze dias. [Na época,] havia um grupo que o queria com frequência semanal, mas outros não o queriam e mantivemos a periodicidade. Mas também aí é essencial você realmente ter ou uma pessoa – pode ser você mesmo – que apresente temas relevantes, que interessem o corpo de associados. Eu próprio fazia de vez em quando, um apanhado da conjuntura nacional, e de seu contexto global, chamando atenção para riscos e oportunidades. Acabei repetindo da maneira mais sucinta aquilo que [já] fazia no Conselho de Políticas Econômicas. Repetir o que atraía muito interesse. [Mas], isso exigiu que me mudasse. Eu tinha um escritório no Flamengo e acabei alugando, dentro do prédio da Associação Comercial, um escritório, porque, assim, só tinha que subir poucos andares para ter uma presença mais constante.

R.M. – Ficava mais fácil.

M.M. – O deslocamento anterior [demandava] muito tempo: eu tinha que tomar um táxi muito frequentemente, porque eu acabava tendo reunião diária. E quanto mais você tem êxito – e o êxito era meramente de respeito pelas ideias –, vêm outras pessoas: “Não, quero fazer um seminário...”, [ou] “Tenho essa idéia aqui...” etc.

R.M. – E começa a mobilizar [mais], não é?

M.M. – Começa. Então, havia reunião às nove horas da manhã, depois às onze; tinha um almoço, tinha...

F.W. – Ou seja, aquela sua idéia da ágora foi realizada.

M.M. – É.

F.W. – Se o senhor hoje assumisse novamente a presidência da Associação, em relação à sua agenda de trabalho anterior, haveria alguma grande modificação? Ou, dito de outra forma, quais são os grandes problemas, as grandes bandeiras, digamos assim, que a Associação deveria empalmar?

M.M. – Acho que ela deveria continuar empalmando, por exemplo, essa bandeira, [da] criação de um ambiente de negócios favorável, atrativo para a atividade econômica, que inclui emprego e investimento, [mas] inclui, também, evidentemente, o marco legal-regulatório e a dimensão social. Temos [também] esse Conselho de Ética. Então, acho que a criação de um ambiente de negócios atraente deve ser um objetivo permanente a perseguir.

F.W. – Mas o senhor diz em nível nacional? Ou especificamente...?

M.M. – Não, enfatizei mais o nível nacional. [Mas], por exemplo, a Agência de Desenvolvimento era regional. [Já] o atual presidente⁵⁹ focou mais a parte regional, da cidade do Rio, do estado. Acho que é possível fazer as duas [coisas].

F.W. – Porque do ponto de vista nacional, aquela sua preocupação [inicial] foi, de certa maneira, digamos assim, superada, porque a estabilidade foi mantida e...

M.M. – [Sim,] foi mantida.

F.W. – ...e não parece que esteja sob ameaça. Algumas coisas daquela agenda, [como] por exemplo, a questão da reforma tributária é uma coisa que demanda ainda muito. Seria um

⁵⁹ O depoente refere-se aqui ao então presidente, Olavo Monteiro de Carvalho.

tema, por exemplo, que poderia mobilizar a Associação? Ou o senhor acha que esse é um tema que a dificuldade é muito grande e ultrapassa, digamos assim...?

M.M. – [Este] não é um tema fácil de abordar atualmente. Inclusive, hoje, antes de vir para cá, eu estava lendo a pesquisa da CNT/Sensus⁶⁰. Porque a popularidade do presidente é tão grande e as pessoas estão tão contentes com a situação econômica, que fica difícil afirmar que ainda existem problemas graves irresolvidos. Uma coisa que acredito muito e estou convencido, [é que] o Brasil está colhendo os frutos de sementes que foram plantadas ao longo do tempo. Esses frutos são muito bem-vindos, [e] é ótimo que estejamos colhendo, mas a gente está plantando pouco. Quer dizer, acho que em torno desse eixo conjuntura-estrutura, problemas-oportunidades há muito que refletir, debater, sugerir. Inclusive, hoje de manhã, conversei na *Globo News*⁶¹ [sobre isso], quer dizer, [sobre] essa ideia de que o Brasil, durante essa crise mundial, aprendeu a administrar crises – e acho que nós aprendemos, [sim,] até porque nós tivemos tantas crises –; mas nós não aprendemos a aproveitar as oportunidades. Tivemos seis anos de uma prosperidade mundial inédita, liquidez quase sem restrições e não aproveitamos para realizar as reformas e medidas necessárias para preparar o país para o amanhã.

F.W. – Por exemplo? Além da reforma tributária, quais as outras reformas?

M.M. – Você tem a reforma tributária, a [da] previdência... A previdência é um caso crasso. Nós temos uma população acima de 60, 65 anos em torno de 6%, e gastamos [com ela] de 12 a 13% do PIB⁶². É importante e urgente canalizar recursos em educação, sem esperar o pré-sal, que só vai começar a render benefícios mais consistentes daqui a dez anos.

F.W. – Certo.

⁶⁰ A Pesquisa CNT/Sensus mostra a percepção do brasileiro com relação ao emprego, à renda, à saúde, à educação e à segurança pública e outras questões de interesse dos brasileiros. Disponível em: <<http://www.cnt.org.br>>. Acesso em: 16/9/2009.

⁶¹ Canal pago de emissora de televisão.

⁶² Produto Interno Bruto.

M.M. – Quer dizer, nós estamos investindo na velhice, que até é justo, mas estamos investindo muito mais no passado do que no futuro. Então, a reforma educacional não foi feita. Mais uma vez, houve uma descontinuidade. Uma das coisas que estava indo bem no governo Fernando Henrique foi a educação. [E] por quê? Porque o ministro ficou oito anos. Aí, eles já começaram mudando de ministro, não é?⁶³

F.W. – O atual ministro já tem algum tempo de...

M.M. – Mas quebrou a continuidade, não é? Quebrou o programa. Primeiro foi o senador Cristóvão Buarque, depois veio o Tarso Genro. Esse já é o terceiro. No entanto, você teve um só em oito anos. E ficam experimentando. Então você tem as reformas macro, quer dizer, Previdência, trabalhista, tributária, educacional, e tem a reforma do Estado. Quer dizer, nós devemos almejar não um Estado mínimo, mas um Estado ótimo, um Estado eficiente. E temos de avançar o programa de reformas estruturais e estruturantes, assim como as reformas micro-econômicas, o que envolve fortalecer os marcos regulatórios. Na sociedade moderna, você tem uma intersecção entre o público e o privado. Nessa intersecção, você tem a maior tentação, o maior risco de desvios éticos. Isso os estudos, muito claramente, mostraram. Quando o Estado compra ou regula, ali...

F.W. – Há uma possibilidade de desvio de conduta.

M.M. – Ou se concede um privilégio ou introduz uma distorção. E na pior hipótese, o regulado captura o regulador, e através dele seqüestra as políticas públicas em benefício de interesses especiais.

F.W. – Claro.

⁶³ O Ministério da Educação foi ocupado, sucessivamente, por Paulo Renato Souza, que permaneceu ao longo dos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2004); e, já na presidência de Luís Inácio Lula da Silva, pelo senador Cristovam Buarque (2003-2004); e por Tarso Genro (2004-2005). Desde 2005 é ocupado por Fernando Haddad. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_ministros_da_Educa%C3%A7%C3%A3o_do_Brasil>. Acesso em: 16/9/2009.

M.M. – Para isso, desenvolveu-se a ideia da agência reguladora. E as agências reguladoras estão sendo menosprezadas.

R.M. – Desprezadas.

M.M. – ...desprezadas, aparelhadas politicamente e sem nenhum critério de mérito e competência. Então, é um dos temas que merece toda atenção, a consolidação das agências reguladoras, cuja ação tem de ser independente, confiável, equânime e consistente no tempo.

F.W. – Na verdade, é quase que um arranjo institucional.

M.M. – Você não tem uma lei do gás até hoje; você não tem a lei do saneamento até hoje. Quer dizer, não se sabe se a água é federal ou se é estadual ou se é municipal. Água e esgoto, não se sabe quem é o responsável. Então, [isso] é um paradoxo fundamental.

F.W. – Mas voltando para a Associação, essa também é uma pauta quase que nacional, não é?

M.M. – É.

F.W. – Em que a Associação poderia contribuir para esse avanço? Ou, na verdade, a Associação deve agora se voltar mais para os temas regionais?

M.M. – Acho que qualquer um desses temas, ou quase todos eles, [como] água e esgoto, têm a sua contrapartida regional. Por exemplo, fui a Washington no ano de 2000, no Banco Interamericano de Desenvolvimento, e praticamente [tínhamos] selado um acordo entre o governo estadual e o governo municipal a respeito do sistema de água e esgoto na Barra. Já [tínhamos] o contrato rubricado. [E] aí, mudou o prefeito, em janeiro de 2001, e foi tudo [paralisado]. E a Associação Comercial teve um grande papel, [então]. Tanto que fui pela Associação Comercial, antes mesmo de assumir a presidência, até Washington, ao Banco Interamericano, em reunião que contou também com a presença de representantes do Banco

Mundial. Tivemos excelentes relações com o BID, [e] com o Iglesias⁶⁴. Minha relação com o BID vem, aliás, desde sua criação, já que fui membro da comissão que redigiu o projeto original de seus Estatutos.

F.W. – Certo. Quer dizer, então...

M.M. – Então, por exemplo, água e esgoto: você tem um grande problema nacional, mas tem o correspondente aqui. E quase todos esses problemas têm a sua correspondência regional, de modo que acho que o nacional e o regional não se repelem, antes se complementam.

F.W. – Uma agenda nacional, claro.

M.M. – Tem outro problema. Houve também, sobretudo no início da atual gestão, uma coisa que é legítima, que é a preocupação com a pequena empresa – por isso, inclusive, criei o Conselho de Varejo⁶⁵. Agora, por causa do histórico que pertence ao passado, a Associação Comercial que acumulava no plano nacional a presidência da Confederação Nacional e tinha todas as associações de bairro sob seu guarda-chuva, acabou rompendo com a Federação estadual, que passou a filiar as associações de bairro, ao contrário do que aconteceu em Minas ou em São Paulo.⁶⁶ Então, você se preocupar com a pequena empresa é importante, mas [ela], a pequena empresa, está presente mais nas associações de bairro do que na ACRJ. Quer dizer,

⁶⁴ O uruguaio Enrique V. Iglesias foi o terceiro presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, à frente do qual permaneceu de 1988 a 2005. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Banco_Interamericano_de_Developolvimento>. Acesso em: 16/9/2009.

⁶⁵ Também identificado como Conselho Empresarial do Comércio Varejista. Debate as diferentes formas para melhoria da competitividade do varejo, com foco na busca de soluções para os principais problemas do setor, como aumento da carga tributária, degradação do ambiente urbano e as consequências do crescimento do comércio ilegal. Disponível em: <www.acrj.org.br>. Acesso em: 16/9/2009.

⁶⁶ Em 1989 teve início uma série de desavenças entre a ACRJ, a Confederação das Associações Comerciais do Brasil e as demais associações comerciais devido a uma alteração no estatuto da confederação. O auge da crise ocorreu com o desligamento das federações estaduais e o consequente esvaziamento da CACB. A ACRJ, embora contrária à nomeação de um interventor na CACB, decidiu manter-se filiada a ela, em razão das vinculações históricas e compromissos éticos que uniam as duas entidades. Em 1990 as federações estaduais que se desligaram da CACB criaram, em seu lugar, o Conselho Nacional de Associações Comerciais (Conasc), com sede em Brasília. Em julho de 1993, após quatro anos de um vácuo em suas atividades, a CACB teve reintegradas à sua estrutura as federações antes vinculadas ao Conasc, aceitando assim a proposta de fusão feita pela ACRJ. Cf.: Sérgio Lamarão & Simone Cuber Araújo Pinto. *Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ)*. In: DHBB.

ela vai à Associação Comercial, em São Paulo, por exemplo, mas através da de bairro, inclusive por razões locacionais, do momento em que os deslocamentos de trânsito se tornaram mais difíceis e morosos. Então [esse] é um dos problemas criados pelo histórico da nossa Associação Comercial, por certas desavenças do passado. Até tentei – e também foi uma frustração – superar isso, mas vi que os outros parceiros, as outras [instituições], a Federação Estadual de Associações Comerciais e mesmo a nacional são entidades muito pouco autênticas.

F.W. – Ok. Eu agradeço sinceramente. Sempre haveria mais perguntas.

R.M. – Eu também agradeço ao senhor.

M.M. – Mas se depois vocês tiverem dúvidas, a gente pode também complementar quando for necessário. E também pode ser que venha a me lembrar de algum ponto. Aí através da Marisa⁶⁷, passo para vocês alguma coisa, algum estudo, algum trabalho.

R.M. – [Com relação ao] artigo, vou colocar o Paulo Fontes em contato com o senhor, porque é ele [quem tem conversado] com o Théo Lobarinhas, autor do primeiro texto.

M.M. – Em alguma das nossas festividades, já tinha feito um discurso mostrando que a Associação Comercial tinha nascido das mesmas ideias e dos mesmos ideais que levaram à Independência. Tanto que há, até, uma certa contemporaneidade. E esse estudo que fiz agora, mais a fundo, eu já tinha feito anteriormente, mas de forma mais sucinta. [Cheguei] até [a publicar] alguns textos, por ocasião dos 150 anos da Independência – na Uerj²⁰ –, e também por ocasião dos 200 anos da Revolução Americana e da Inconfidência Mineira, mostrando então as idéias do século XVIII, a trajetória das ideias, a trajetória política e, enfim, a trajetória da economia real. Quer dizer, a Revolução Industrial, a predominância do Reino Unido nos mares e de Napoleão no continente provocaram repercussões políticas que acabaram trazendo D. João VI para cá.

⁶⁷ Marisa Motta, assessora especial da direção da ACRJ, responsável pelo projeto com o CPDOC.

[FIM DO DEPOIMENTO]